

# **RESOLUÇÃO Nº 19/2004**

(Publicada no Diário Oficial de 19/10/2004)

Ver Resolução nº 07/06, publicada no DOE de 02/02/06 que, transfere os benefícios concedidos à COBAFI - Companhia Baiana de Fibras para a Kordsa Brasil S/A, CNPJ nº 13.573.332/0001-07, em face de alteração de sua denominação social.

**Concede os benefícios do Crédito Presumido e do Diferimento do ICMS à COBAFI - COMPANHIA BAHIANA DE FIBRAS, ora transferido para a empresa KORDSA BRASIL S/A.**

**Nota:** A redação atual da ementa foi dada pela resolução nº 07, de 31/01/06, DOE de 02/02/06, em face de alteração de sua denominação social, efeitos a partir de 02/02/06.

**Redação anterior, efeitos até 01/02/06:**

*“Concede os benefícios do Crédito Presumido e do Diferimento do ICMS à COBAFI - COMPANHIA BAHIANA DE FIBRAS.”*

**O CONSELHO DELIBERATIVO DO PROBAHIA**, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei nº 7.025, de 24 de janeiro de 1997, regulamentada pelo Decreto nº 6.734, de 09 de setembro de 1997 e alterações,

## **R E S O L V E:**

**Art. 1º** Conceder à indústria COBAFI - COMPANHIA BAHIANA DE FIBRAS, instalada em Camaçari, ora transferido para a empresa KORDSA BRASIL S/A, os seguintes benefícios:

**Nota:** A redação atual do art. 1º foi dada pela resolução nº 07, de 31/01/06, DOE de 02/02/06, em face de alteração de sua denominação social, efeitos a partir de 02/02/06.

**Redação anterior, efeitos até 01/02/06:**

*“Art. 1º Conceder à indústria COBAFI - COMPANHIA BAHIANA DE FIBRAS, instalada em Camaçari, os seguintes benefícios:”*

**I** - Crédito Presumido - fixa em 90% (noventa por cento) do imposto incidente, o percentual do Crédito Presumido a ser utilizado pela KORDSA BRASIL S/A, nas operações de saídas de fios e tecidos de poliéster, pelo prazo de 12 (doze) anos, contado a partir da data da publicação desta Resolução no Diário Oficial do Estado.

**II** - Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, nas seguintes hipóteses:

**a)** pelo recebimento do exterior ou, relativamente ao diferencial de alíquotas, pelas aquisições em outra unidade da Federação, de máquinas, equipamentos, ferramental, moldes, modelos, instrumentos e aparelhos industriais e de controle de qualidade, e seus sobressalentes, para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo imobilizado;

**b)** nas importações e nas operações internas com insumos e embalagens, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos deles decorrentes.

**Art. 2º** Fica vedada a utilização de demais créditos decorrentes de aquisição de mercadorias ou utilização de serviços por parte da empresa.

**Art. 3º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

**Sala de Sessões, 14 outubro de 2004.**

**JOSÉ LUIZ PEREZ GARRIDO**

Presidente